Outro exemplo é o caso da DERSA, que mesmo sem pagar a primeira parte da Via Leste, cujo ônui está recaindo sobre este Governo, deu início à segunda parte desta via e comprometeu-se ainda com mais duas outras obras de prioridade pelo menos duvidosas para o momento, sem dispor de financiamento adequado para isso. O DER — Departamento de Estradas de Rodagem — também se comprometeu com o número excessivo de obras, algumas sem prioridade, e, por outro lado, sem financiamento disponível. Com as empreiteiras e fornecedores deixou uma dívida que, a preço de hoje, supera facilmente cento e cinqüenta bilhões de cruzeiros.

No que se refere à SABESP, aprofundou-se um tremendo desequilíbrio nas obras do sistema de esgotos e seu tratamento, gerando uma capacidade ociosa elevadíssima, postergando a obtenção de receita, e onerando fortemente a dívida interna do Estado.

Paralelamente, descuidou-se da eficiência do sistema de abastecimento de água, que hoje perde nada menos do que 11 metros cúbicos por segundo, um volume de água superado por muitos poucos rios no Brasil. Isto em perda de água potável. E para não mencionar também a praga do empreguismo, que, no caso da SABESP, segundo análise do próprio BNH e do Banco Mundial, criou um excedente de pessoal, da ordem de 20%. Quero dizer que, apenas entre dezembro de 1978 e outubro de 1982, essa companhia, a SABESP, aumentou o seu número de empregados em cerca de 30%, sem que, em absoluto, a ampliação do volume de suas operações o justificasse. Quero dizer ainda que, do total de 10 empresas do Estado, o aumento do número de funcionários foi nada menos que 27% entre dezembro de 1978 e dezembro de 1982. Houve ainda vários compromissos sem financiamentos adequados, que foram deixados para 1983. Esse foi o caso de conjunto de projetos de iniciativa do Executivo, tendo à frente o chamado "Marinzão", cujo custo analisado está próximo de cinqüenta bilhões de cruzeiros. Houve desapropriações, no Parque da Zona Leste, muito maiores do que as previstas no orçamento, que nós calculamos hoje em mais de cinqüenta bilhões de cruzeiros; e estamos trabalhando no sentido de reduzir esta quantia. Não custa lembrar ainda que, apenas neste ano, antes da posse do novo Governo, foi consumido cerca de um terço da Reserva de Contingência — que por si só já era insuficiente para financiar um reajuste salarial adequado —, por meio de suplementações, algumas delas de natureza bem pouco prioritária ou essencial, para colocar de uma forma delicada, como foi o caso da própria PAULIPETRO, onde foram destinados nada menos do que 10 bilhões de cruzeiros a título de suplemantação, extraídos da Reserva de Contingência.

Refiro-me agora ao segundo fator que eu apontava como origem de nossas dificuldades, que é o problema da recessão que vive a nossa economia. Esse problema é que tem impedido um alívio adequado ou significativo em relação ao peso da herança que o Governo anterior nos deixou. Mesmo através de uma política de austeridade, de eficiência administrativa, encontramos muitas dificuldades para aliviar, a curto prazo, o preço daquela herança adversa, isso em virtude, em parte, do reduzido dinamismo da atividade econômica, que resulta da estratégia do Governo federal de combate à inflação e desequilíbrio externo mediante um baixo nível de emprego em nossa economia. A situação de recessão e estagnação compromete a receita tributária do Estado, em primeiro lugar. Somente nos primeiros cinco meses deste ano, nossa receita, que é a do ICM — pois esta representa 80% das nossas receitas tributárias — decresceu 3% em termos reais, isto é, descontada a inflação. É muito importante, para avaliar o desempenho do ICM, considerarmos o desempenho do ICM em termos reais. Então, o ICM caiu 3% nos cinco primeiros meses do ano comparativamente ao mesmo período do ano anterior. E cumpre notar que a perda da receita do ICM não póde ser atenuada ao longo dos últimos anos, em virtude dos sucessivos adiamentos na contratação de novos fiscais. Nós encontramos uma situação, em nosso Governo, de carência de fiscais de impostos, os quais, em número suficiente, teriam permitido uma melhora do nível de arrecadação e uma diminuição nos índices de evasão. De outra parte, não seria demais também lembrar que a situação de recessão e estagnação compromete a receita das empresas públicas do Estado, que vendem serviços às famílias e a outras empresas. Portanto, isto complica e dificulta o conjunto da situação financeira do setor público paulista. Outro fator que cria barreiras bastante graves à superação dos problemas existentes refere-se ao não-refinanciamento de cerca de 1/3 dos serviços da dívida externa do Estado. Segundo determinação do Governo federal, em consonância com o acordo entre Brasil e o Fundo Monetário Internacional, o País obrigou-se a obter do exterior não mais do que 2/3 das suas necessidades de divisas para este ano, decorrentes dos juros e amortizações da dívida. Assim, a grosso modo, estimando-se que o País teria de pagar ao exterior, em juros e amortizações, 18 bilhões de dólares, o Governo Federal comprometeu-se a tomar como empréstimo, ou seja, a refinanciar, deste pagamento a ser feito, apenas 12 bilhões de dólares; sobrando, portanto, seis bilhões de dólares para serem absorvidos, em tese, de contrações do crédito interno.

Pois bem, no caso de São Paulo, inicialmente, o percentual de "roll-over" de refinanciamento da dívida externa para nossas empresas foi fixado em 45%. Nós reivindicamos um tratamento semelhante ao tratamento dado às empresas federais, que tinham cerca de 80% dos seus refinanciamentos, e obtivemos, até agora, um percentual que se aproxima dos 2/3. O percentual foi subindo de 45%, e hoje está entre 65% e 70%. Devo dizer que temos de pagar, neste ano, cerca de um bilhão e meio de dólares ao exterior, ou algo em torno dessa quantia. A parte que cabe ao Tesouro do Estado é muito pequena. O Tesouro não chega a se responsabilizar diretamente por 10% da dívida do Estado; a maior parte cabe às nossas empresas. Pois bem, se não conseguirmos tomar dólares para pagar os juros e amortizações da dívida, o que acontece? O que acontece é que esta diferença tem de ser coberta ou pelo Tesouro do Estado, que em geral é avalista das dívidas das empresas, ou pelo BANESPA, que no caso de muitas delas foi intermediário das suas operações. Neste sentido, estamos sofrendo uma sangria de recursos, que saem do Tesouro, que são pagos com ICM, bastante significativa, ou então sangria de recursos do nosso Banco do Estado, cuja situação financeira tem uma relação muito próxima com a situação financeira do próprio Tesouro. Essa sangria já representou, nos cinco primeiros meses deste ano, cerca de 90 bilhões de cruzeiros, saindo 21 bilhões, em termos líquidos, do Tesouro, e cerca de 70 bilhões de cruzeiros, até meados de maio, do Banco do Estado. Até o fim do ano, tais perdas poderão se elevar a 250 bilhões de cruzeiros. Gostaria de observar aos Srs. Deputados que a dívida externa de São Paulo resultou, em grande medida, do incentivo do próprio Governo federal na década dos 70 e até no ano passado, que se utilizava do prestígio do Tesouro do Estado e das empresas paulistas para atrair dólares do exterior, dólares estes muitas vezes usados em projetos de duvidosa prioridade, do ponto de vista da necessidade do Estado, como também de retorno, que eu diria insignificante. Este é o caso inclusive da própria DERSA, que tomou empréstimos para construir a Rodovia dos Bandeirantes, que ficou sendo conhecida como Rodovia 63. Esses empréstimos foram feitos através da Instrução 63 e até hoje oneram pesadamente o Tesouro do Estado.

Apenas a título de ilustração, eu lembraria que, neste ano, a DERSA tem de pagar ao exterior 180 milhões de dólares, de juros e amortização, mas tendo, em contrapartida, receita própria para isto, que é bastante mínima, correndo, portanto, o resto por conta do Tesouro.

Então, essa situação de endividamento foi resultado, de um lado, do estímulo do Governo federal, levando o Estado de São Paulo a endividar-se, como uma maneira de atrair dólares do exterior, e, por outro lado, de uma política pouco previdente dos Governos anteriores, que tomaram empréstimos para projetos que, além de não terem elevada prioridade, apresentavam uma escassa possibilidade de retorno.

O quarto problema, que se junta à herança dos Governos anteriores, ao problema da recessão, ao problema da dívida externa, refere-se às condições, neste momento, da dívida interna. Eu quero dizer que a dívida interna de São Paulo não é uma dívida elevada. Monta hoje, dos estoques aos ORTP, um valor da ordem de 400 bilhões de cruzeiros. Não é um montante excessivamente elevado, levando-se em conta o volume do orçamento do Estado, a própria produção e a própria participação de São Paulo na formação da renda nacional.

No caso do Estado de Minas Gerais, por exemplo, que tem o orçamento equivalente a um terço do nosso, a dívida em ORTM — Obrigações Reajustáveis do Tesouro de Minas — é da ordem de 260 a 270 bilhões de cruzeiros.

Então, o problema não reside no volume da dívida. O problema, a curto prazo, está, de um lado, na instabilidade do mercado financeiro e nas elevadas taxas de juros que decorrem da política monetária vigente, que têm dificultado ao extremo as operações relacionadas com os títulos da dívida pública de São Paulo.

Outra questão básica, talvez neste momento mais importante, refere-se ao fato de que, também como decorrência dos acordos com o FMI, o Governo federal nos autorizou a refinanciar, até agora, mediante novas emissões de títulos, apenas 40% das 30 milhões de ORTP que vencem neste ano.

Outros Estados já puderam refinanciar 70% da sua dívida interna, mas São Paulo só pôde refinanciar, até agora, 40%. Por que esta situação divergente de nosso Estado, com relação aos outros Estados? Segundo argumentação a nível federal, a justificativa está no fato de São Paulo ter ultrapassado um dos limites fixados pela Resolução n.º 62 do Senado, segundo a qual o serviço da dívida de um Estado, ou seja, juros mais amortização, não pode ultrapassar 15% da receita tributária do governo anterior. Nós ultrapassamos. Ultrapassamos esses limites simplesmente porque a recente maxidesvalorização do cruzeiro aumentou em 30%, da noite para o dia, os serviços da dívida em moeda estrangeira, pela Resolução n.º 63, sendo que esses serviços são computados no cálculo daquele limite. Quer dizer, as dívidas das empresas, das entidades externas, feitas pela Resolução n.º 63, em relação às quais o Tesouro é avalista, tem o seu serviço computado para efeito do cálculo daquele limite. Quando houve a maxidesvalorização, os serviços cresceram, da noite para o dia, em 30%, e nós ultrapassamos o limite do Senado, sem que tivéssemos feito uma política de expansão de endividamento excessivo, inclusive no caso de São Paulo, que é mais penalizado do que outros Estados, já que o Tesouro de São Paulo sempre foi aceito como avalista, exatamente devido ao seu prestígio junto aos bancos estrangeiros. Em muitos Estados, o Tesouro não é aceito como avalista, por haver endividamento posterior, e é preciso que o Tesouro Federal seja o avalista. Como, em nosso caso, o Tesouro do Estado é avalista, somos penalizados.

Nós somos penalizados por uma situação quase de prestígio que foi utilizada pelo Governo federal para atrair dólares para o balanço de pagamentos brasileiro.

Caso essa situação não se altere, se nós não pudermos fazer uma emissão de ORTP que supere os 40% deste ano, as amortizações com a dívida externa do Governo paulista poderão onerar o Tesouro de São Paulo e o orçamento do Estado, em 150 bilhões de cruzeiros. Esse seria um fenômeno na história de São Paulo, pois as operações com moedas, desde 1964 e até 1972, deixaram aportes líquidos ao Tesouro de São Paulo e aumentaram a disponibilidade de recursos.

Neste ano estamos sob o grave risco de sofrer um déficit da ordem de seis bilhões de cruzeiros. Trata-se de uma situação bastante grave.

Um último aspecto que eu gostaria de citar refere-se às relações com o Governo federal. O Governo de São Paulo não quer uma política de cerco econômico da parte do Governo federal; mas acreditamos que ele exista, em virtude da própria política econômica e das facilidades que ela dá ao Governo federal, que não tem atendido São Paulo na área econômico-financeira, em ritmo mais firme, circunstância que adquire especial relevo em virtude da forte desestabilização dos ciclos de desenvolvimento econômico-financeiro nacional.

A título de exemplo, eu lembraria que o aumento da parcela refinanciada da nossa dívida externa, de menos da metade de 2/3, foi concedido, mas acabou de chegar e não foi acompanhada de uma amortização de empréstimos especiais e de concessão de empréstimos junto aos bancos estrangeiros.

Uma coisa é o limite de refinanciamento e outra é a autorização específica para cada fim, em moeda estrangeira, por parte das nossas empresas.

Nesse aspecto, as coisas têm sido extremamente lentas, criando dificuldades de caixa extremamente sérias.

Por outro lado, nenhum apressamento do limite deste endividamento beneficiou as ORTPs, cujos problemas acabei de explicar, fator que tem repercussões financeiras graves.

Na mudança dos critérios da Resolução n.º 2/72, do Senado Federal, pessoalmente, junto aos diferentes Senadores dos diferentes partidos e inclusive através dos Senadores de São Paulo e junto às autoridades federais, mesmo em casos em que se deve agir através do poder central, procuramos obter uma solução administrativa que pudesse aliviar as nossas necessidades neste ano.

Mas até agora esta solução não foi dada.

Lembro ainda a dívida da COSIPA, uma empresa que deve ao Tesouro, ao BANESPA e ao BADESP, algo em torno de oito bilhões de cruzeiros. Lembro ainda que o BNH não integralizou o pedido de 20 bilhões de cruzeiros, feito pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo ao Fundo de Liquidez, recurso a que a Caixa Econômica de São Paulo tem direito, pois ela tem depositado mais de 70 bilhões de cruzeiros no conjunto do sistema brasileiro de habitação. Era seu supremo direito, não tendo sido atendida no entanto. Isso seria da conveniência do sistema financeiro.

Eu lembraria a Caixa Econômica Federal, que tem demorado excessivamente para liberar verbas para construção de Centros de Saúde em São Paulo. Esses recursos, em medida considerável, temos pedido e, a cada mês, são 7 ou 8% corroídos pela inflação.

São cerca de seis bilhões de cruzeiros os empréstimos já aprovados pelo BNDE para os setores agrícola e de habitação do Estado de São Paulo, em função dos limites de endividamento.

Da mesma maneira, devido a critério errôneo, isto é, de os empréstimos, este ano, tomados pela SABESP, não poderem ultrapassar 80% dos serviços da sua dívida, a SEST — Secretaria de Controle das Empresas Estatais —, em Brasília, tem criado barreiras para que aquela empresa feche sua programação para este ano e obtenha os recursos a que tem direito do BNH, embora esses recursos, diga-se de passagem, sejam apenas dois terços superiores, em termos nominais, aos do ano passado e, portanto, bem menores, em termos reais, porque no ano passado pegamos 45 bilhões de cruzeiros e este ano vamos pegar 76 bilhões. Sabemos que, em termos reais, está havendo um decréscimo, porque a inflação é muito maior do que 66%. Mesmo assim, a SEST não tem aprovado os orçamentos da SABESP, criando dificuldades para a aplicação do nosso programa.

Diante do quadro anterior, Srs. Deputados, o atual Governo de São Paulo esteve longe de assumir uma posição passiva. Assim, na área econômico-financeira foram adotadas inúmeras medidas destinadas a sanear as finanças do Estado e a fixar as bases para a realização do nosso programa de governo, programa apoiado por mais de 5 milhões de eleitores, a começar pela estrita moralização do uso dos recursos públicos que hoje permeia a ação de toda a máquina administrativa do Estado e que tem efeito significativo não apenas moral, mas também econômico. As principais medidas que adotamos foram: em primeiro lugar, congelar uma parte das verbas não empenhadas do orçamento deste ano, com vistas a seu remanejamento, de acordo com as finalidades mais prioritárias. Encontramos um orçamento elaborado pela administração anterior, não tínhamos outro recurso senão estabelecer um congelamento parcial com vistas ao remanejamento em função das novas e mais importantes prioridades.

Em segundo lugar, procedemos à revisão do orçamento de todas as empresas do Estado a fim de melhor adequá-lo à disponibilidade dos recursos e às prioridades do programa de governo. Estamos fazendo a revisão para este ano e a faremos ao final de cada ano para o ano seguinte, devendo inclusive, de acordo com o decreto do Exmo. Sr. Governador, publicar os dados básicos destes orçamentos no "Diário Oficial do Estado". Trata-se de um procedimento inédito na história econômico-financeira do setor público em São Paulo, inclusive no País, em que os orçamentos das empresas públicas passem a ser apresentados à opinião pública depois de uma análise rigorosa feita pelos órgãos responsáveis da administração do Estado nas áreas do Planejamento e da Fazenda. Em terceiro lugar, procedemos a uma revisão das obras a serem iniciadas, ou com menos de 20% de sua realização, com a mesma finalidade de ajustar os recursos disponíveis às prioridades do novo governo. Assim, além de desativarmos a Paulipetro, suspendemos a construção da segunda parte da Via Leste e de outras duas obras da DERSA que não consideramos prioritárias, em face da disponibilidade dos recursos existentes.

Estamos revisando os programas de investimentos do DER, da FEPASA, da CESP e da SABESP. Nomeamos, do mesmo modo, 742 agentes fiscais de renda para melhorar a máquina arrecadadora do Estado e preparamos outras medidas importantes nessa área, para dentro em breve.

Aumentamos a eficiência das agências financeiras do Estado mediante mudanças nos seus critérios de aplicação, abandonando as operações de natureza clientelista, paralelamente a uma grande agilização de sua captação. A esse respeito, basta um exemplo: no caso do BANESPA, conseguiu-se elevar a captação de depósitos a prazo, de 250 milhões de cruzeiros para 3 bilhões de cruzeiros semanais, comparando-se o período anterior ao nosso Governo com as semanas posteriores, a partir de um grande esforço feito pela nova Diretoria do Banco do Estado.

Por outro lado, realizamos um grande empenho no sentido de diminuir os custos de operações das empresas do Estado, seja mediante revisão dos preços dos contratos já firmados, seja mediante o combate aos focos de empreguismo, que nada têm a ver com a criação de empregos.

Tais medidas começaram a mostrar seus efeitos, como se percebe, no caso da SABESP, apenas para mencionar um exemplo significativo em que estamos eliminando o empreguismo e também procedendo a uma forte redução de custos que, apenas no caso das redes coletoras de esgotos, já foi de 20%. Por outro lado, não deixamos de ter uma ação e um diálogo incessantes com autoridades federais no sentido de superar as dificuldades e restrições existentes no tocante ao endividamento externo e ao endividamento interno, bem como a liberação de financiamentos pendentes e a elaboração de novos projetos. Como resultado dessa ação, obtivemos a elevação dos limites de financiamento da dívida externa do Estado, exemplo que citei há pouco.

Paralelamente, e apoiados nos Conselhos de Governo que reúnem as Secretarias em quatro grupos de atividades afins, começamos, ao nível da Secretaria de Planejamento, em primeiro lugar a orientar as despesas do Estado dentro das margens existentes, no sentido de cobrir as deficiências mais críticas nos serviços públicos essenciais. Em segundo lugar, elaborar um programa mínimo de ação para o segundo semestre deste ano, inclusive enviando equipes da Secretaria de Planejamento para cada uma das Secretarias do Estado.

Em terceiro lugar, iniciamos a elaboração do orçamento para o próximo ano, reforçando os grupos setoriais de planejamento, a nível de Secretarias e Regiões do Estado e dando um passo decisivo na implementação do chamado orçamento-base, o que sempre foi anunciado e nunca realizado, método este que evita a intocabilidade de itens de despesas de anos anteriores, o que permitirá o uso dos recursos orçamentários de forma mais criteriosa do ponto de vista de eficiência e do interesse público.

O fato de que uma verba tenha existido num item determinado nos anos anteriores não obrigará a sua repetição no próximo ano. Estamos revisando tudo a partir do zero para que possamos usar os recursos de maneira mais eficiente, mais de acordo com as prioridades de despesa pública. Ao mesmo tempo, começamos a articular os investimentos públicos nas áreas consideradas mais prioritárias.

Quero dizer que os principais investimetos do Estado, já em realização ou em vias de sê-lo, são os seguintes:

Em primeiro lugar, a construção de mais de 100 centros de saúde na Grande São Paulo, em cooperação com o Banco Mundial e mediante convênio com as Prefeituras locais e o INAMPS.

Não se tratará apenas de construção, mas também de nova concepção de operação desses centros, integrados dentro de uma rede básica de serviços do Estado.

Em segundo lugar, a extensão da rede de eletricidade a cerca de 40 mil favelados neste ano e a mais de 100 mil no ano próximo.

Em terceiro lugar, a implementação de amplo programa de rede de trolebus na Grande São Paulo e nas cidades médias e grandes do interior do Estado, em cooperação com as Prefeituras e com o BNDES.

Em quarto lugar, o apoio a programas de melhoramentos viários nas grandes cidades do Estado, como o caso concreto de Santos, Campinas, Osasco, para citar exemplos.

Em quinto lugar, a ênfase para a construção de mais de 700 quilômetros de rede coletora de esgotos na Grande São Paulo, com grandes efeitos no sentido de melhorar o bem-estar da população, criar empregos e aumentar a receita da SABESP.

Em sexto lugar, a implantação de programas de desenvolvimento agrícola a nível regional.

Em sétimo lugar, amplo e imediato programa de recuperação das estradas do Estado e melhoria das estradas vicinais, mediante substancial aumento de aporte e recursos do Estado, do BNDES e do Banco Mundial.

Em oitavo lugar, garantia da realização do projeto relacionado com a ligação ferroviária Boa Vista/Guaianã/Evangelista de Souza e Paratinga, de vital importância para racionalizar o tráfego de carga para o Porto de Santos e para descongestionar as linhas de subúrbio da FEPASA.

Esse projeto, tal como o encontramos, era inviável de ser realizado daqui até o fim do ano. Conseguimos renegociar suas bases, com vistas à sua viabilização, além de proceder a algumas mudanças que o aperfeiçoarão do ponto de vista da sua eficiência e do ponto de vista da economia de custos.

Em nono lugar, a redefinição do projeto de controle da poluição industrial em São Paulo, o PROCOP, mediante renegociação com o Banco Mundial e participação do BNDES, visando à substituição de caldeiras para diminuir a poluição atmosférica.

Quero lembrar que, no caso desse projeto, já estavam destinados 58 milhões de dólares do Banco Mundial, que não estavam sendo utilizados pelo Estado e que inclusive implicavam um custo perto de um milhão de dólares para o Estado, pelo simples fato de não utilizar esses recursos, porque se tratava de um projeto que procurava combater a poluição com a diminuição de partículas poluidoras no ar. Nós redefinimos esse projeto com o próprio Banco Mundial, articulando mais de cinco organismos do Estado, com vistas a viabilizá-lo, além de aumentar a participação do Banco Mundial em seus financiamentos.

Em décimo lugar, estamos preparando um amplo programa de eletrotermia, de eletrificação de conjuntos habitacionais populares e eletrificação rural, mediante financiamentos do Banco Mundial.

Quero dizer que o aumento do uso da eletricidade é a prioridade número um do setor energético do Estado, com óbvias implicações positivas sobre a venda de equipamentos nacionais, sobre o combate à poluição, sobre o aumento da produtividade da receita das empresas do setor, dados os grandes excedentes atuais e futuros de energia elétrica de origem hídrica.

Em décimo primeiro lugar, procuramos reativar a construção de habitações populares no Estado, mediante incentivos à autoconstrução, financiamentos de materiais para casa própria, utilização de terras públicas e agilização de programas do BNH pendentes no contexto de um plano estadual de habitação que o nosso Estado nunca teve.

E, por último, estamos reequacionando o sistema de utilização dos recursos hídricos na Grande São Paulo e nas regiões vizinhas, para procurar atenuar ou resolver de uma vez por todas o problema das enchentes periódicas que flagelam a população da Grande São Paulo.

Simultaneamente, com a abertura dos canais de participação dos servidores do Estado nas decisões dos órgãos aos quais estão vinculados, citando-se como exemplo o Hospital das Clínicas e o Hospital do Servidor, o Governador Franco Montoro considerou, também, como prioritária a questão do salário do funcionalismo.

E foi nessa perspectiva que, depois de havermos tomado várias providências para elevar os recursos que poderiam ser